

EDUCAÇÃO DA INTELIGÊNCIA, EDUCAÇÃO DA VONTADE NA ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (1826-1929)

Education of the intelligence and of the will in brazilian's writing of History of the Education (1826-1929)

José G. Gondra¹
 Maria de Lourdes da Silva²

RESUMO

O presente artigo investiga os investimentos do polígrafo Afranio Peixoto orientado à construção da nação, observando o destaque conferido à formação da inteligência e da vontade a partir de duas perspectivas distintas e complementares. Uma centrada na educação formal analisa o ensino primário no Brasil por um período de cem anos (1826-1926) e; outra, acatando o papel educativo do conjunto das instituições sociais para além dos marcos escolares, recorre à mídia impressa para difundir saberes específicos sobre normativas comportamentais referidas ao homem comum e ao profissional da medicina. Em ambos os casos, convém destacar o papel doutrinário que concebe para a educação a qual, mesmo laica, se encontra eivada por uma espécie de liturgia científica.

Palavras-chave: Historiografia da Educação, Afranio Peixoto, Ensino de História da Educação

ABSTRACT

This paper investigates the investment of the polygraph Afranio Peixoto oriented by the nation building. Noting the emphasis on formation the intellect and the will from two distincts and complementaries perspectives. One is centered on the primary education in Brazil for a period of one hundred years (1826-1926) and, the other, respecting the educational role of all the social institutions beyond the school milestones, uses the print media to disseminate specific knowledge about normative behavior referred to the common man and the medical professional. In both cases, we would emphasize the role of doctrine that conceives for education which, even secular, is riddled by a sort of scientific liturgy.

Keywords: Historiography of Education, Afranio Peixoto, Teaching History of Education

Estes cem anos, estudados neste ensaio, sobre o problema vital da democracia e da nacionalidade no Brasil, em três regimes – colonial, monárquico, republicano – fecha-se com uma realidade incontestável: um zero. Nada, nada se fez, efetivamente. Desejos, aspirações, vocis flatus... Nada, realmente. (PEIXOTO, 1930)

Professor e autor de manual de história da educação, Afranio Peixoto atuou em várias frentes e campos de saber, como a medicina, direito, literatura, pedagogia e história.

¹ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, com estágio de pós-doutorado realizado na Universidade Estadual de Campinas e na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (Paris, França). Professor de História da Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisador do CNPq e da FAPERJ. E-mail: gondra.uerj@gmail.com

² Doutora em História Política, com estágio de pós-doutorado em História da Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora de História da Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lullua2@yahoo.com.br

Neste último, redigiu livros de história do Brasil, da América Latina, da higiene, da literatura e da educação³ No que se refere à História da Educação, possui uma produção dispersa e pouco explorada, como a que se encontra em duas coletâneas nas quais Peixoto reuniu textos de sua autoria. Trata-se dos livros “*Ensinar a ensinar – ensaios de pedagogia prática aplicada à educação nacional*” e “*Marta e Maria – documentos de ação pública*”⁴ Neste estudo, considerando o autor como um homem de múltiplas inserções, procuramos analisar as representações formuladas a respeito da educação das vontades e da inteligência contidas nestas duas coletâneas, bem como os entrecruzamentos destes princípios com a questão religiosa. Neste exercício, buscamos observar o modo como narra a história da educação, considerando as condições que presidiram a escrita dos livros-documento privilegiados neste estudo, com atenção especial para o segundo, dado o caráter de narrativa histórica do mesmo.

A coletânea *Ensinar a ensinar* é composta por sete textos, distribuídos em 212 páginas, seguidas do índice e de uma sinopse dos assuntos. Os textos reunidos resultam de intervenções do autor em diferentes ambientes, como podemos observar a seguir:

1. A educação nacional: aspectos masculinos⁵
2. A educação nacional: aspectos femininos⁶.
3. O ensino da linguagem⁷
4. A linguagem e a gramática⁸.
5. Literatura infantil⁹
6. O ensino secundário e a educação nacional¹⁰
7. O regime universitário e a educação nacional¹¹.

O que se pode observar nesta coleção de coisas ditas e escritas? Um ponto consiste no reconhecimento das redes institucionais, humanas e de saberes nas quais o autor circula, se vê ou pretende ser legitimado. Outro ponto se refere às questões tratadas que, em linhas gerais, apontam para suas preocupações com a língua materna e com aquilo que se processa nos três níveis de ensino.

³ Os livros sobre história da educação, do Brasil e da América Latina já vem sendo estudados por outros autores. Neste sentido, recomenda-se a leitura de GONDRA & SILVA (2011), LOPES (2002), NUNES (1995), ROCHA (2002) e VIEIRA (2011), por exemplo.

⁴ Cabe observar que na contracapa consta o ano 1930.

⁵ Conferência pedida por Olavo Bilac e realizada sob os auspícios da “Liga de Defesa Nacional”, em 20 de novembro de 1917.

⁶ Conferência da série promovida pelo Curso Jacobina, realizada no salão do Jornal do Comércio, em 16 de setembro de 1920. Este artigo também foi publicado na revista Escola Primária em agosto-novembro de 1920.

⁷ Conferência realizada na Biblioteca Nacional, em 18 de julho de 1918. Primeira da série pedagógica promovida pelos Inspectores Escolares do Rio de Janeiro sob a direção de D. Ester Pedreira de Melo.

⁸ Conferência pedagógica da série promovida pelos Inspectores Escolares do Rio de Janeiro, em 1919. Este artigo também foi publicado na revista Escola Primária em maio de 1919.

⁹ Relatório oficial ao 3º Congresso Americano da Criança (Seção de Pedagogia), reunido no Rio de Janeiro em agosto-setembro de 1922.

¹⁰ Conferência realizada em 8 de maio de 1923 na Liga Pedagógica do Ensino Secundário. Algumas dessas idéias foram apresentadas ao 3º Congresso Americano da Criança (seção pedagógica), reunido no Rio de Janeiro em agosto-setembro de 1922 e mereceram votos de congratulação das delegações sul-americanas.

¹¹ Alocução de abertura dos cursos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1 de abril de 1921.

Contudo, o destaque da coletânea centra-se na forma como faz representar a educação nacional para homens e mulheres orientada pela questão da defesa da soberania nacional. No que diz respeito à educação masculina, Afranio já faz notar sua concepção da educação como elemento condicionante para a construção das civilizações. Observa que a instrução é apenas “um dos meios da educação” (1923) enquanto esta “seria a redenção do gênero humano” (idem). Resultado dos processos históricos singulares de cada nação completa: “cada povo civilizado ou próspero, dentro de si mesmo, se pôs a modificar os seus processos pedagógicos para conseguir a educação nacional” (idem).

Na continuidade do raciocínio, o autor apresenta os meios para aquisição desta educação da vontade e da inteligência:

O futuro cidadão seria tomado nos primeiros anos, dar-se-lhe-iam antes da escola jardins de infância, casas de crianças, educação dos sentidos, da sensibilidade, do conhecimento, da inteligência, da vontade, do caráter, com as práticas insistentes da bondade, do raciocínio, da ação, com o endereço cívico que seria o fecho da abobada dessa maravilhosa construção (1923).

Essas seriam as qualidades indispensáveis para formar o bom cidadão abnegado de si, voltado aos interesses maiores da pátria e à construção da riqueza da nação. Entretanto, Afranio afirma ter sido esse papel cumprido pela educação nos países civilizados o responsável pela Grande Guerra. Confundida com a instrução, a educação deixou de ser “meio de perfeição humana” (p. 11). Para o autor, deveria haver um equilíbrio entre os artifícios da educação que condiciona os naturais instintos físicos e psíquicos os quais necessitam ser domesticados. Neste sentido, os homens deveriam ser educados – e instruídos – para conduzirem suas vidas ao melhor rendimento humano. Porém, a educação nacional praticada pelas nações civilizadas do velho mundo “falhou porque foi anti-humana” e dirigiu as capacidades desenvolvidas “contra outros homens, contra outras nacionalidades” (p. 14). A grandeza nacional não poderia prescindir da educação nacional, mas orientar-se em outra direção. Com isso, elencava os aspectos da educação nacional sobre os quais se deveria pautar uma educação redentora voltada ao aprimoramento da inteligência e das sensibilidades. A saber:

- a educação física;
- a educação intelectual;
- a educação cívica.

Esse conjunto culmina numa educação cujo fim deveria ser a defesa nacional. Exemplificando o que já foi mencionado acerca da compreensão de um projeto educacional voltado aos diferentes níveis de ensino, o professor contemplaria cada nível com uma função programática específica no quadro do processo conformador de cidadãos à moda das elites: educação cívica para o primário – contemplando ação, exercícios e disciplina; humanidades para o preparatório – permitindo ampliar a ação no sentido patriótico (p. 34).

No que se refere à questão racial inscrita no debate sobre as disputas pela superioridade entre as nações, a educação deveria primar pela liberdade – qualquer que

fosse a raça. O autor se empenha em afirmar que a superioridade é para aqueles que se mostrassem dignos da civilização. No caso do Brasil, deveríamos, segundo ele, nos preparar para o mundo mal que nos cercava com grandeza e pela “posse de nós mesmos”.

A segunda coletânea, por sua vez, reúne 20 textos distintos nos quais o traço do polígrafo e homem de relações plurais também se faz presente quando trata do código do trabalho, assistência a insanos, acidente do trabalho, legislação social, homenagem a Carlos Peixoto, combate ao álcool, fenômeno migratório e questões da educação; dentre outros. No caso da educação, ela é tratada de modo mais direto em três textos. No primeiro¹², aborda o tema da reforma constitucional, defendendo a tese de que só o problema [da educação] justificaria uma reforma da constituição (PEIXOTO, 1931). No seguinte¹³, mantém a questão da educação e da instrução em debate, reivindicando um tratamento especial para o problema, posto que, para ele, “no íntimo de todos os vícios nacionais havia um vício de educação” (p. 15).

No entanto, é no terceiro texto, *O ensino primário no Brasil em cem anos (1826-1926)*, que procura sistematizar um século da história da educação brasileira - século que corresponde ao centenário da Câmara dos Deputados, isto é, recobre o período de 1826 a 1926. Focalização compreensível, em parte, pela efeméride do centenário da Câmara, que coincide com o mandato de deputado federal que Afranio exercia em 1926¹⁴. Trata-se de uma história da educação com foco na documentação e nos debates do próprio legislativo, tomado como observatório e, ao mesmo tempo, constituído em ponto de observação¹⁵. Neste caso, como em outras narrativas, o protagonista da enunciação se justapõe ao enunciado, o que imprime a esta escrita características peculiares, distintas das que vão orientar o curso-livro “*Noções de História da Educação*”, publicado pela primeira vez em 1933¹⁶.

Estrutura narrativa e fontes

O texto do *Centenário* se encontra organizado em cinco partes, como se segue:

- I - Antecedentes (Os jesuítas, O Marquês de Pombal, O ensino no tempo colonial, A constituinte de 1823, O ensino mútuo ou lancasteriano);
- II - 1826-1889: A monarquia (Início da Câmara dos Deputados, Projeto de Lei

¹² Esse texto intitula-se “A educação nacional e a reforma da Constituição”.

¹³ O título é “Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 10 de agosto de 1925”.

¹⁴ Eleito pela primeira vez em 1924, Afranio Peixoto foi reeleito para o segundo mandato em 1928, que foi interrompido com o advento da chamada revolução de 1930. Segundo ele: “Quando veio a revolução, que meus amigos foram perseguidos e expatriados [...] rompi relações com a política que nunca fora dama de minha simpatia” In: Ribeiro, 1950.

¹⁵ É importante notar que esse texto se constitui em republicação de artigo do *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados* que, segundo Peixoto, “é um livro quase clandestino”. Justifica, assim, a inserção do mesmo na coletânea, assinalando que “não é o estudo do *ensino primário*, no Brasil, nestes cem anos, senão *na Câmara*. [...] Esta nota explicativa é necessária para impedir nos exijam o que não podemos e não devíamos dar. O que vai, por isso mesmo, é breve e escasso, embora gravíssimo.” (1931, p. 37). Grifos do autor.

¹⁶ Refletir a respeito do regular e desvio desses dois exercícios parece ser uma pista fértil para observar o efeito das contingências que marcaram as duas narrativas. No entanto, tal investimento escapa ao escopo deste estudo.

de 1827, Ato Adicional e Instrução Primária no Município Neutro, A penúria da instrução popular, Um ato de Pedro II, Formação de docentes, Parecer de Rui Barbosa, Últimas vozes);

III - 1889-1925: A República (Ministério da Instrução Pública, A Constituinte republicana: a Constituição de 1891, Constitucionalistas ortodoxos, Constitucionalistas Cismáticos, Pró e contra na Câmara, A lei oposta à necessidade, Recomeçam as aspirações intervencionistas, Projetos do Governo, Situação vergonhosa e humilhante, Continuam as aspirações intervencionistas, Comissão legislativa de ensino, A indiferença pela reabilitação do Brasil, A guerra impõe o fechamento das escolas alemãs no Sul, Ensino nem garantido, nem gratuito, Agora, uma conferência, Comparação, Ainda, Erros finais);

IV - 1915-1926: Reforma Constitucional;

V - Conclusões (Há um século, discute-se, não se decide; Boas intenções, de uns e outros: nunca o esforço solidário);

VI - Bibliografia.

Considerando essa estrutura, o que ela sugere pensar em termos de princípios orientadores da narrativa? O que tal arquitetura textual dá a ver? Um dos primeiros elementos que se pode destacar remete à adesão à periodização clássica da história do Brasil – Colônia, Monarquia e República, a partir da qual (e em certa medida dela decorrente) destaca a ação do Estado nas reformas promovidas, chamando atenção para a centralidade de alguns protagonistas.

Ao organizar a narrativa nestes termos, outro princípio organizador aparece no texto e se refere ao fracasso das reformas, condição para reconhecer a desarticulação entre os poderes executivo e legislativo, como vetor explicativo das reformas mal sucedidas. A enunciação dos fracassos principia com a expulsão dos “nossos primeiros mestres”, ato inaugural de uma tradição dos desastres relativos às reformas do ensino público (Peixoto, 1931, p. 38). Tradição que pode ser observada nas subperiodizações sugeridas para o tempo da Monarquia e da República, como pode ser conferida na estrutura do texto.

Os grandes arranjos político-administrativos recobrem e são responsáveis, portanto, pelos inúmeros insucessos no terreno da instrução primária. Tal diagnóstico se constitui em condição para Peixoto realizar um uso político do passado e, com isso, abrir espaço para difundir e legitimar as teses que seleciona e atualiza com base nas experiências prévias por ele narradas.

Para realizar tal operação, o parlamentar baiano, constitui um núcleo documental composto por memorialistas, material de imprensa, relatórios, mensagens governamentais, legislação e estatística. Como se pode observar, a informação processada pelo médico-parlamentar deriva, em linhas gerais, do aparelho do próprio Estado e, parte expressiva, do ambiente que frequenta, isto é, a Câmara dos Deputados. Essa coleção já contém indícios importantes do que é privilegiado e, ao lado disto, cumpre notar o modo como emprega documentação no texto.

De modo geral, as fontes cumprem função de credenciamento da história que

Peixoto escreve e, neste sentido, produzem efeitos de verdade. As maiores consistem na legitimação do aparelho estatal e de seu descaso com a matéria da instrução primária. Deste modo, ao ser posto em contato com iniciativas do executivo e legislativo, o leitor se vê frente a uma antiga e longa galeria de iniciativas destinadas à instrução popular que não foram efetivadas. É, pois, esta tradição que Peixoto quer ver alterada e, para tanto, dispõe de um arsenal de elementos de modo a indicar a direção a ser adotada, a ser derivada do esclarecimento obtido pelos bons exemplos internos e externos.

A biblioteca do deputado

A narrativa do deputado baiano vem apoiada em um conjunto heterogêneo e numeroso de referências bibliográficas, composta por livro, relatórios, anais, diários, revistas, estatística e um dicionário. Deste conjunto, chama atenção a literatura produzida pelo aparelho do Estado e por muitos autores que ocuparam cargos no legislativo, seja na Câmara dos Deputados, seja no Senado Federal, dentre os quais caberia destacar Rui Barbosa, Almeida de Oliveira, Azevedo Sodré, Dunshee de Abranches, José Augusto Bezerra de Meneses, José Veríssimo, Miguel Calmon, Monteiro de Sousa, sendo os cinco últimos referidos duas vezes¹⁷.

A seleção e as características do conjunto indicia a rede de interlocução e orientação que procurou imprimir a narrativa, focada no aparelho do Estado, em seu funcionamento ineficaz, creditado a dois traços – o debate centralização/descentralização e às relações com pouca sintonia entre o executivo e o legislativo. Combinados, os dois traços se constituem em princípios explicativos para os descasos com a instrução primária e, ao mesmo tempo, orientadores da escrita.

Os descasos são percebidos desde a expulsão dos jesuítas e nas inúmeras reformas que se sucederam. Tal diagnóstico encontra sustentação no emprego das estatísticas, a partir das quais procura sublinhar os descompassos internos e descompromissos com a educação popular, tornados ainda mais flagrantes pelos contrastes promovidos com experiências internacionais, dentre as quais faz sobressair a dos Estados Unidos.

Um exemplo do primeiro caso pode ser observado no Mapa 1, no qual apresenta os coeficientes relativos à instrução popular no Brasil, no ano de 1872, recobrando todas as idades¹⁸. Aqui, o investimento consiste em tomar distância dos números absolutos dos que sabiam e não sabiam ler e escrever, para observar os percentuais em relação a população de cada Província. Neste caso, chama atenção o Município Neutro com cerca de 36% de leitores/escritores, enquanto que, na outra ponta, aparecem o Ceará, Minas Gerais e Paraíba, com 11%. Observar os percentuais implica em um deslocamento de

¹⁷ Composta em ordem alfabética, a lista é iniciada com a remissão a um livro do próprio Afranio Peixoto, o *Ensinar a Ensinar*, sinal da experiência prévia do autor introduzida na narrativa histórica por ele elaborada. A respeito da operação historiográfica de Peixoto, cf. Gondra & Silva, 2011.

¹⁸ Essa nota é relevante posto que ao comentar o Mapa 1, procura precisar melhor o que o Censo de 1872 descrevia. Neste caso, para se chegar ao quadro efetivo do analfabetismo no Brasil, daqueles números maciços dever-se-ia descontar a população de 0 a 6 anos, como faziam as estatísticas de todo o mundo. Segundo ele, apoiado no censo de 1820, considerado como o mais perfeito dos nossos, os brasileiros de 0 a 6 anos orçavam 21,2%. Ao subtrair essa fração do total, o total de analfabetos seria da ordem de 66,4% e não de 84,2% como constava no Censo de 1872.

perspectiva interessante, pois, neste caso, demonstra a gravidade da situação, inclusive nas Províncias que apresentavam maior número daqueles que sabiam ler e escrever, isto é, Bahia e Minas Gerais, com 249.136 e 223.713 pessoas, respectivamente.

O recurso às proporcionalidades, empregado em outros mapas, sugere considerar o desafio maior de difundir a instrução elementar para todos. Já o contraste interprovincial parece cumprir a função de advertir que se tratava de uma questão nacional. Ambos os aspectos focalizam os escassos e irregulares investimentos municipais e estaduais na educação elementar, de modo a legitimar a intervenção estatal crescente na matéria, sem prejuízo da autoridade legal. Conforme afirmado pelo autor, a ação do governo central poderia ser feita de modo fraternal em razão do objetivo maior representado pelos fins da educação. Tal ação imprimiria iniciativas em que a defesa da integridade e da soberania nacionais podiam ser evidenciadas como no caso dos estados da região Sul do país, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para os quais o governo se propunha a subvencionar o ensino da língua nacional. Nos demais estados, o subsídio deveria ser destinado ao ensino profissional e técnico provendo em até 25% os gastos com professores¹⁹.

Um exemplo do segundo caso implica observar igualmente o manejo das proporcionalidades, mas desta vez, por meio de outros dois indicadores – o número de escolas e o número de professores por habitante. Na primeira simulação, considerando-se 43 países, sobretudo, da Europa e das Américas, o Brasil ocuparia o 31º lugar, com seis escolas para 10 mil habitantes. Já o primeiro colocado, os Estados Unidos, teria o quántuplo, isto é, contava com 30 escolas para 10 mil habitantes.

No que se refere ao número de professores o contraste internacional reuniu 34 países. Neste caso, o Brasil também ocupa o 31º lugar, com sete professores para cada 10 mil habitantes. A Holanda, primeiro lugar nesta simulação, possuía mais de oito vezes professores por habitante que o Brasil, isto é, 58/10.000, seguida do Canadá e Estados Unidos, ambos com 52/10.000.

A eleição dos Estados Unidos como referência maior para demonstrar o atraso do Brasil em termos de instrução primária se processa no item “Dados relativos à difusão do ensino primário no Brasil – A instrução primária na Norte-América” (p. 117-136). Neste exercício exaustivo de descrição e convencimento, Peixoto procura articular uma cesta de indicadores, como uma tipologia das escolas (isoladas, reunidas, grupos escolares, escola modelo, complementares), vinculação (municipal, particular), matrícula, frequência, população do Estado, população escolar, população infantil sem escolas, percentagem da população infantil em escolas, percentagem da população infantil sem escolas, renda do Estado, despesa com o ensino primário e percentagem da despesa. Após traçar um quadro dos 21 estados brasileiros e do Distrito Federal, contrasta com um quadro da chamada Norte-América, com seus 49 estados, mais os territórios do Hawai, Porto Rico e Filipinas e conclui:

¹⁹ Estas iniciativas resultam dos debates parlamentares da primeira década do novecentos acerca da autoridade da União sobre o ensino público brasileiro. Projetos de emendas constitucionais foram apresentados com este propósito até que em 1907, Alencar Araripe Júnior, na condição de Consultor Geral da República interpretou a ação do da União na questão da instrução elementar como complementar se fazendo presente onde fosse necessária. Fica entendido, então, que criar escolas e nomear professores consistem em ações que também caberiam à União (p. 88-9).

Não façamos comparações, por demais humilhantes. Baste um só exemplo. Não o menos importante dos Estados americanos, mas o menos importante de seus territórios: Hawaii, umas ilhotas do Pacífico, de que se apossaram em 1898. Pois bem, em 1920 possuíam 255 mil homens – a vigésima parte da população de São Paulo, e, entretanto, proporcionalmente, com cinco vezes mais alunos (52.000), com cinco vezes mais professores (1.500), gastando com a instrução primária mais do que São Paulo (3.5000.000 dólares, ao tempo, mais de 24.000 contos).

O melhor do Brasil, com o menos importante americano, americanizados em vinte anos, mas americanos do Pacífico, inferiores à média brasileira, dir-se-ia, porque aquelas crianças são 17.500 japonesas, 3.800 chinesas, 5.300 portuguesas, 3.300 havaianas, 4.100 mestiças e apenas 1.000 anglo-saxônicas.... (PEIXOTO, 1931)

Não bastasse o jogo e manejo dos números para produzir a ideia dos descompassos internos e de atraso do Brasil, para completar, chama atenção para o fato de que as ilhotas do Pacífico apresentaram, em 1920, um saldo de 77 milhões de dólares em sua balança comercial. Com isso, faz aparecer outro argumento central da narrativa, a educação como investimento, isto é, tecnologia que poderia, ao ser empregada racional e cientificamente, rentabilizar ao máximo as capacidades produtivas.

No fundo, a história narrada é investida como saber em favor de novas intervenções que deveriam ser pautadas por uma dupla clivagem – a ênfase no ensino primário e na elevação da dotação orçamentária. Clivagem que se constitui em condição para delinear os contornos da intervenção nos edifícios escolares, formação de professores, bibliotecas, museus pedagógicos, diretoria geral de instrução, fundo escolar e uma regulação dos institutos da liberdade, laicidade e obrigatoriedade do ensino. No entanto, as propostas do deputado baiano não se circunscreviam à forma escolar, pois reconhecia e apontava a necessidade de interferir em outras frentes e domínios.

Expedientes extraescolares

Considerando os entrecruzamentos da instrução de caráter escolar com a educação mais distendida que recobre os vários planos sociais, atentamos, com o propósito de observar como operava Afranio, no que dizia respeito às ferramentas as quais recorria no intuito operar suas demandas de caráter educativo, para dois textos desta coletânea, publicados ambos em *O Jornal* no ano de 1929, a saber: “O maior inimigo da humanidade” e “Uma obra de salvação”. Utilizando este expediente extraescolar, o polígrafo fazia coincidir suas múltiplas facetas profissionais nesse veículo pelo qual circulavam os empenhos dessa geração de intelectuais comprometidos com os projetos nacionais que tinham no escolanovismo um ponto de referência para partilhas ampliadas de intenções.

Seguindo essas teses, o primeiro artigo inicia com um diagnóstico do mundo pós-guerra onde exulta a América do Norte frente às confusas transformações do velho mundo, a coragem do homem comum e as conquistas femininas. Avançando neste investimento acerca das conquistas individuais, defende a ideia de um “homem vencedor da natureza e de si próprio” (p. 448); a primeira, graças à ciência e às teorias liberais que implicam

liberdade e igualdade; a segunda, pela força da ação educadora empreendida socialmente e complementada pelo esforço individual, cuja meta seria demover os flagelos humanos responsáveis pela derrocada de legiões de homens e de nações sem a qual não se poderia construir uma civilização. Assim como seus contemporâneos nacionais e estrangeiros, o médico baiano comungava da opinião de que o álcool representava o maior inimigo da humanidade – um “veneno” – e de que extirpá-lo do convívio social constituir-se-ia em condição para construção de uma nação sã e poderosa. Por isso, exalta a Lei Seca americana considerando-a o ponto de partida para uma nova etapa do estágio civilizacional humano:

Desse começo virão as outras conquistas contra o ópio, o tabaco, a cocaína, o haschich, o jogo, a devassidão. O caminho da perfeição, que vai ao céu, começa na proibição americana... (PEIXOTO, 1931).

Portanto, localiza a Lei Seca americana como marco inicial para a superação desse duelo salvacionista entre o homem e suas paixões ou entre a barbárie e a civilização. Para defender seu ponto de vista, recupera e apoia-se em diversos exemplos de derrocadas de povos “bárbaros” pelos “civilizados” nos quais esses últimos teriam feito recorrido ao álcool para vencer os primeiros: o Império Greco-Romano vencera seus bárbaros; os ingleses, os peles-vermelhas; “o nosso selvagem” fora aniquilado pelo álcool; e entendia que as nações europeias utilizavam o mesmo recurso em sua contemporaneidade frente aos asiáticos. Se a Revolução Russa deflagra-se graças à sobriedade da proibição feita pelo czar ao álcool fazendo cessar o consumo de vodca, os horrores desnecessários desta revolução deviam-se à abstinência forçada de álcool destilado. Onde sentencia: “A História com ‘h’ grande, pode-se explicar pelos efeitos do álcool” (p. 450) e observa ser o álcool “o elemento certo de conquista civilizada contra os povos bárbaros” (p. 449).

Afranio sugere que a exemplaridade do proibicionismo americano deveria ser imitada com o fim de se evitar os envenenamentos pelo álcool assim como as degradações físicas, morais e psíquicas comprometedoras do processo evolucionário cabível às nações destinadas a tornarem-se civilizadas. Contudo, alerta para a quixotesca e solitária luta americana que vai contra os costumes atuais dos europeus, asiáticos e sul-americanos, os quais, no seu entendimento, invertem as noções de civilizado e bárbaro quando destaca:

Hoje quem não sabe sacudir com arte e graça o ‘shater’; quem não distingue um ‘long drink’, de um ‘short’; quem não sabe o que é ‘corpse-reviver’ ou ‘rainbow’, ou ‘Ital-flag’; quem não empunha a ‘cup’, ou não espreme o ‘zeste’, esse não é civilizado: mas bárbaro ou meteca. (PEIXOTO, 1931).

O médico, aqui em evidência, ironiza o crescimento permissivo e “snob” do alcoolismo entre as classes superiores e as mazelas sociais dele decorrentes tanto para o indivíduo quanto para a sociedade. Nesse aspecto, Afranio mostra seu envolvimento com o debate – incrementado com as primeiras leis que tornaram crime o uso não prescrito clinicamente e o comércio não regulado pelo Estado das substâncias entorpecentes – das primeiras décadas do século XX acerca da inclusão do álcool entre as drogas criminalizadas. Os médicos Adauto Botelho e Pernambuco Filho, importantes porta-vozes da matéria à

época, escreveram em 1924 um livro sobre a situação da toxicomania na cidade do Rio de Janeiro intitulado, “Vícios Sociais Elegantes”. Neste trabalho, na página 17, os autores nos uma pequena mostra da presença do professor Afranio nas discussões:

Casos outros de igual jaez temos conhecimento e os preços fabulosos não contrariam a dispersão dos vícios. Paulino Netto citando o professor Afranio Peixoto, diz: ouvimos de sua bocca autorizada, a respeito da propagação dos vícios tóxicos, esta verdade dolorosa que para incremental-os ahi estavam de mãos dadas o vicio, pendor natural do homem e o interesse de ganho, velhos moveis, ambos da acção humana. (sic). (op. cit., 1924).

Essa presença é bastante anterior ao texto aqui em pauta. Em trabalhos do professor Afranio que tratam da medicina legal e da criminologia, cujo início remonta à época em que estudava medicina na Bahia, ele já se posicionava sobre as implicações dos usos dos “tóxicos” para a vida em sociedade demonstrando seus efeitos maléficis e, embora ofereça apoio à política americana, destaca que seu virtuosismo “legou sua mazela ao mundo” (p. 454). Mas, como o vício resulta de fraquezas morais e atavismos insondáveis, para além dos costumes reafirma sua convicção na força da educação das vontades pelo uso da inteligência nas escolhas individuais:

Para concluir ironicamente, devia convidar o meu leitor para irmos ao “bar”. Vá sozinho, porque não sou “snob”, e sou seco, não por virtude, porém por gosto. Há de tudo; há até quem não goste de “cock-tails”. (PEIXOTO, 1931).

O autor, homem branco, de boa procedência, dedicado ao trabalho e moralmente correto, enuncia seu pertencimento e suas potencialidades; oferece aos leitores seu diagnóstico da realidade nacional na interface com a conjuntura mundial frente ao novo desenho geopolítico tracejado pelo contexto pós-guerra; compartilha dos seus interesses e projetos com os seus pares intelectuais, sociais, étnicos e éticos assim como de suas prospecções nacionalistas. Mais do que autopromoção, trata-se de considerar as “reais” condições de superação do flagelo social em pauta pela escolha empenhada dos indivíduos assim direcionados pelo expediente moral subjacente aos costumes em cujo cerne vê-se uma operação de caráter pedagógico atuando pelos flancos das heranças de toda sorte imiscuídas ao caldo cultural corrente e em conluio com as diretrizes políticas forjadas nas pautas dos gabinetes. Neste aspecto, em particular, há que se destacar a crítica ao modismo responsável pela inversão do consenso entre o que era considerado bárbaro – o uso habitual do álcool – e tornara-se símbolo de civilização, elegância e refinamento. Degenerescência geradora de instabilidade e do inusitado que a trama dos fatores há pouco destacados proporcionam à vida e à História.

No segundo artigo, “Uma obra de salvação”, o médico reassume a palavra. Erudito, exhibe suas diversificadas entradas em vários domínios do conhecimento: a mitologia grega; a literatura e a filosofia modernas e malditas; a medicina legal. Seu propósito é demonstrar como a medicina dos países civilizados já aplicava terapêutica eficiente no tratamento da paralisia geral progressiva que acometia os doentes mentais. Inicia seu

argumento em defesa da adesão a um procedimento realizado com sucesso em França, segundo as estatísticas, lembrando o difundido costume de receitar das mulheres, sempre tão categóricas em suas opiniões sobre os assuntos médicos. Valendo-se disso, permite-se recomendar aos sábios médicos do país o referido procedimento terapêutico para os alienados nacionais. Trata-se do uso dos agentes causadores da malária na cura da paralisia geral progressiva dos demenciados.

O médico desenvolve seu argumento afirmando ser essa doença degenerativa propiciada pelo processo civilizacional recorrendo, novamente, às estatísticas que evidenciavam essa correlação. Contudo, informa que nos estados do Norte e Nordeste, há trinta anos atrás, os alienados morriam todos de paralisia geral, mas que isso se devia ao erro no diagnóstico. Entretanto, continua discordando da correlação ao explicar que:

A conclusão seria que para a p. g. [paralisia geral] não bastava a avaria, era mesmo necessária a tal civilização, que ainda não tínhamos. Entretanto, eu mesmo observei, e publiquei, que havia autênticos paralíticos gerais nossos, boçalíssimos sujeitos, pobres pretos sem letras, provando que não era necessário o tal desenvolvimento mental para concorrer com a outra causa; bastava apenas esta, a avaria. Hoje essa discordância se aclara, da razão mesma, da evidência, como vão ver. (PEIXOTO, 1932).

Para o médico que seguia as tendências moderníssimas da medicina europeia, a solução seria inocular o sangue do enfermo de paludismo (malária) nos doentes de “p.g.” para que a febre quartã “que é tenaz na sua ruim cronicidade” (p. 461) pudesse ser revertida e os demenciados da degenerescência progressiva curados:

Feita a injeção com as cautelas devidas, alguns centímetros cúbicos, 2 e 3, de sangue tirado da veia do impaludado, introduzido com a mesma seringa e a mesma agulha, sob a pele do paralítico geral, basta e é simples e bom. Espera-se a incubação de alguns dias e sobrevém a febre, um febrão, de 40°, 40 e ½, 41° que não tem perigo, vigiado o doente. Em caso de necessidade, socorre-se a esse paludismo artificial que mais, muito mais do que o natural, é acessível à quinina. Algumas cápsulas, ou uma injeção do alcalóide, e está conjurada a malária e curado talvez o paralítico geral.” (PEIXOTO, 1931, p. 461).

Debelamos a malária no Rio de Janeiro e São Paulo, mas ela perdura no Nordeste – semente deixada ali “voluntaria e criminosamente (...) para a reinfecção da MetrÓpole” (p. 460) – o que faz o médico, então, sugerir:

Temos a malária, e à mão; temos Juliano Moreira, Henrique Roxo, e Gilberto Moura Costa, e Pacheco e Silva, e tantos outros sábios alienistas, porque não teremos centros de malário-terapia, ao menos imitando Paris, pois não quisemos, há dez anos, imitar Viena? (PEIXOTO, 1931)

Tal terapêutica, acompanhada por esse centro de excelência, permitiria o estudo da possibilidade de seu uso em outras doenças nervosas e mentais. Citando dados de cura radical nos países civilizados da Europa, defende: “apenas é pequeno o número de anos

para, cientificamente, se poder falar de cura definitiva: a malárioterapia tem apenas dez anos de existência” (PEIXOTO, 1931). Ao continuar a argumentação em defesa da dita terapia afirma que os doentes não tinham alternativa à degeneração progressiva e que, diante disso, o risco calculado da terapia proposta seria menor, inclusive a morte que dela poderia advir, seria menos dolorosa do que a decorrente do processo natural a que o enfermo estava condenado.

Retomando o debate sobre as razões das quais resulta na maior incidência de casos de “p.g.” nos países civilizados recorre à fórmula: “p.g. = *avaria* – *febre* (paralisia geral igual a avaria sem febre)” (PEIXOTO, 1931).

Está porque, nos parece, os países tropicais, como o nosso, em que o paludismo é endêmico, e frequente, havendo tanta avaria, há relativamente menos p.g., a qual domina entretanto nos centros supercultos, dos países temperados e frios. Não é civilização que lhe sobra, é mosquito e malária que faltam. Está porque, havendo avaria, mesmo com deficiente civilização, há casos de p. g. entre pobres pretos, como Juliano Moreira e eu mesmo vimos no Hospital Nacional. (PEIXOTO, 1931).

Diante disso, é que se permite receitar esse procedimento terapêutico aos médicos alienistas do país, salientando que: “não é ciência de que falo: é apenas acção, que ousou preconizar” (PEIXOTO, 1931). Encerra relembando o centro de malarioterapia recém-criado na França.

O artigo, assim, usa do expediente midiático para divulgar experimentos médicos realizados em outros países e, porque civilizados, não caberia duvidar do investimento, cuja eficácia é apresentada pelo recurso às estatísticas produzidas, as quais ancoram a defesa do médico ao longo do artigo. Através desse expediente, cria interlocução com seus pares reafirmando o que foi dito inicialmente sobre as destinações interessadas desses escritos. Assim, o meio funciona como arena para o debate localizado, a rigor, no campo da medicina, mas atinge a todos os leitores do veículo, homens de ciência e letras aos quais não escapam qualquer assunto destes vastos domínios. Neste caso, vemos um letrado que não se furta de prescrever modos de praticar a medicina ou de realizar ações, como ele mesmo chama a proposta em pauta, cuja finalidade se volta para o bem estar comum da nação. Artifício pedagógico endereçado e francamente declarado quando diz “receitar” aos pares, embora condene o hábito entre as mulheres leigas, reitera o recurso cultural, talvez porque deslocado do seu âmbito autorizado (congressos, assembleias ordinárias de sociedades profissionais ou reuniões da comunidade médica), ele o faz por entender tratar-se não apenas de um procedimento clínico adstrito ao campo, mas porque dizia respeito à estratégia de encurtar o caminho que nos levaria à civilização por agregar vários elementos derivados e entrelaçados tais como, a criação de um centro de tratamento da malária, o tratamento das afecções mentais, a discrepância entre as regiões do país, a disseminação de hábitos perniciosos arraigados nas práticas socioculturais. Com isso, legitima o veículo como recurso educativo e o seu papel nas políticas educacionais.

No artigo, a paralisia geral é apresentada como doença que afeta entre nós mais aos negros – senão a eles exclusivamente. Assim como a prática de receitar é feminina e

não de domínio exclusivo dos médicos, também a malária é descrita como enfermidade dos trópicos. Já a “p. g”. mais incidente nas civilizações. Tais correlações binárias dão luz aos determinismos a partir dos quais concebe o mundo e propaga suas ideias, mas também observam inversão da tendência ao sugerir que nossa malária é causa de menos paralisia geral; quando esta se constitui em derivação do progresso civilizacional. Mas o corolário da inversão está na compreensão do recurso à medicina com a mesma fé religiosa das mulheres quando afirma que estas receitam com fanatismo, o que ajuda a definir e reafirmar a medicina como a “última religião”, conforme dizia o amigo José Veríssimo. O diferencial é que sua fé se encontra articulada à ação dos homens imbuídos e formuladores dos princípios científicos que deveriam guiar as nações prodigiosas rumo à civilização, como esperava que pudesse ocorrer com o Brasil.

Considerações finais

Na escrita da história da educação primária na Câmara dos Deputados, pode-se perceber como este homem da reforma e da política procura interferir no debate e os pilares da intervenção que propõe. Ao demonstrar sua desilusão com a República, com essa espécie de manifestação, Afranio Peixoto procura criar condições e indicar caminhos para sua republicanização²⁰. Segundo ele, na luta promovida:

Foram lembrados todos os argumentos, nessa inútil defesa contra a ignorância: a condição vital da democracia, que é a instrução popular; o rendimento econômico, das despesas com o ensino; a mentira cívica do sufrágio universal, a injustiça criminosa do júri, a incapacidade de defender a pátria contra o perigo interno e externo, sem a cultura mental e moral da escola; a necessidade da escola democrática, escola “única”, que reúne todas as classes da sociedade, fundindo-as, fazendo, à parte dos regionalismos bairristas, a alma do brasileiro, capaz de amar e servir a grande causa da Pátria comum... Tudo, tudo improficuamente. (PEIXOTO, 1931)

Com esse estudo, foi possível observar que Afranio Peixoto reconhece o papel da Companhia de Jesus no período colonial e a ação “desastrosa” do Estado a partir das reformas pombalinas, sobretudo, após o gesto de expulsão dos jesuítas.

No entanto, na análise promovida a respeito da instrução no Império e início da República, o acento é posto na ação do Estado, em especial no movimento realizado no interior da Câmara dos Deputados. Nesse movimento, o protagonismo inicial dos jesuítas parece ceder espaço aos agentes do aparelho do Estado e nas iniciativas voltadas para a regulação do campo pedagógico apoiadas pela Ciência, deslocando para este

²⁰ Aqui, uma vez mais, parece se aproximar de teses compartilhadas por outros homens letrados, como os doze textos que integram as duas coletâneas organizadas por Vicente Licínio Cardoso, publicadas inicialmente em 1924. Segundo o organizador, o conjunto dos trabalhos consistia menos em um inquérito e mais em uma pergunta imensa sobre o presente. Para ele, a iniciativa de se pensar o regime republicano, decorridos 35 anos de sua implantação, estava associada ao compromisso dos autores com o país, pois “a grande e triste surpresa da nossa geração foi sentir que o Brasil retrogradou. (...) Encontramo-nos bruscamente, ao abrir os olhos da razão, perante uma pátria ainda por fazer, ainda informe, ainda tolhida em sua ação e sem vitalidade, sem alma, sem ideal.” (CARDOSO, Vicente, 1981). Carneiro Leão, por exemplo, integra a coletânea organizada por Cardoso, compondo igualmente a bibliografia de Peixoto.

domínio a educação das vontades e da inteligência, isto é, *a cultura mental e moral da escola*. Protagonismo que vem associado ao diagnóstico do fracasso das reformas, o que atribui ao conteúdo das mesmas, mas, sobretudo pela desarticulação existente entre o legislativo e o executivo, como ressaltado de modo recorrente na produção em análise.

A remissão aos jesuítas procura, igualmente, reconhecer e reter seu caráter centralizado: a existência de princípios doutrinários bem definidos e a promoção de ações concertadas. Tal funcionamento é adotado como princípio diretor para a configuração do Estado que se quer modernizar, esvaziado, contudo, do componente religioso em favor do ensino laico²¹. Deste modo, a remissão aos jesuítas cumpre uma dupla função; a de reforçar a centralização como um princípio de organização e funcionamento e, ao mesmo tempo, a de oferecer uma orientação científica/esclarecida ancorada em bons exemplos do passado e do presente para a engrenagem da escola pública.

Com esta representação, o autor procura reconfigurar os termos do debate a respeito da condução da educação formal, estabelecendo critérios que se aproximavam das posições defendidas dentro e fora do parlamento, antes e depois de sua atuação na Câmara dos Deputados, aspecto possível de ser evidenciado nas diversas posições ocupadas sucessiva e simultaneamente pelo autor ao longo de sua vida. Uma delas, talvez, uma das mais recorrentes, consiste na classificação compartilhada por outros; a de que, no Brasil, se empreende muito, mas nada acaba. Esse tom de aparente desilusão constituiu-se em dispositivo para credenciar e validar intervenções no campo pedagógico e social, bem como as novas ilusões contidas nos projetos abraçados e defendidos pelo homem da ciência, cujos indícios aparecem no parágrafo final da história do ensino primário que procurou sistematizar: “Os Estados Unidos da América souberam evitar e conjurar o perigo da anarquia e da separação; nós, pelo mesmo caminho da república presidencial, nós marchamos – se já não estamos neles – ao encontro desses perigos” (p. 153).

A educação escolar formal laica pleiteada por Afranio Peixoto, contudo, não implica na conformação de uma sociedade destituída de orientação religiosa. No que diz respeito ao consumo de bebidas alcoólicas e ao desregramento social advindos dos vícios constituídos por substâncias entorpecentes e costumes degenerados, a orientação decorrente da moral religiosa permanece no horizonte formativo dos homens civilizados entrevisto na passagem: “o caminho da perfeição, que vai ter ao céu, começa na proibição americana...” (PEIXOTO, 1931). Procedimento análogo se dá quando enfrenta doenças locais, como o caso da malária. Desse modo, localiza, circunscreve e orienta o tipo de intervenção de perspectiva religiosa em seu projeto liberal de vertente centralizada e de caráter científico. Ela é ferramenta de modelagem do caráter, das vocações e provações a que estão submetidos os homens na árdua tarefa que é viver de acordo com um projeto

²¹ Essa questão constitui-se em um problema de longa duração, reatualizado na história da educação brasileira a partir de um debate em dois níveis. Um deles se refere à liberdade de ensino e inexistência de monopólio do Estado na oferta do ensino ou mesmo na formação de professores. O outro diz respeito à obrigatoriedade do ensino da religião nas escolas públicas. No caso de Afranio Peixoto, ele se opõe ao segundo, preservando, contudo, o instituto da liberdade de ensinar.

civilizatório.

Referências

CARDOSO, Vicente (org.) **À margem da história da República**. v. II, Brasília: Editora da UNB, 1981.

GONDRA, José & SILVA, José Cláudio S. Escritas da história – um estudo da produção de Afranio Peixoto. In: GONDRA, J. & SILVA, J; (orgs) **História da Educação na América Latina: Ensinar & Escrever**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LOPES, Eliane. Júlio Afranio Peixoto. In: FAVERO, M. de L.; BRITTO, J. **Dicionário de educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

PEIXOTO, Afranio. **Ensinar a ensinar** – ensaios de pedagogia prática aplicada à educação nacional. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves e Paulo de Azevedo & Cia, 1923.

_____. **Marta e Maria** – documentos de ação pública. Lisboa: Tipografia da Sociedade Gráfica Editorial, 1931.

_____. **Noções de História da Educação**. 1ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

NUNES, Clarice. A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 92, p. 51-59, 1995.

RIBEIRO, Leonídio. **Afranio Peixoto**. Rio de Janeiro: Edições Condé, 1950.

ROCHA, Heloisa. Recordação para professoras: a história da educação brasileira narrada por Afranio Peixoto. In: GONDRA, J. (org) **Dos arquivos à escrita da história** – a educação brasileira entre o Império e a República. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VIEIRA, Carlos. A escrita da História da Educação no Brasil: formando professores através de noções de história. In: GONDRA, J. & SILVA, J; (orgs) **História da Educação na América Latina: Ensinar & Escrever**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

*Recebido em setembro de 2013
Aprovado em dezembro de 2013*